



BANCO
MERCANTIL

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS EM IFRS**

MARÇO DE 2026

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas no padrão internacional de contabilidade do Banco Mercantil do Brasil S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A conjuntura global foi caracterizada pelo acirramento de conflitos geopolíticos e de tensões comerciais. Neste contexto, projeções iniciais indicam crescimento anual do PIB da ordem de 3,0%, ante 3,3% em 2025. Contudo, impactos negativos prolongados sobre cadeias globais de suprimento poderão levar a uma desaceleração importante do comércio internacional e no crescimento econômico global.

A economia brasileira apresentou crescimento moderado no primeiro trimestre. Projeções recentes indicam expansão anual do PIB da ordem de 1,8%, inferior aos 2,3% observados em 2025.

A atividade econômica segue sustentada, principalmente, pelo setor de serviços, mas indicadores de atividade recentes apontam também para gradual desaceleração deste setor.

A indústria apresentou recuperação no início do ano, com desempenho positivo em janeiro e fevereiro, mas no bimestre acumulou perdas de 0,2% na comparação com igual bimestre de 2025 (últimos dados de mercado). O comércio também mostrou desaceleração no período na comparação com 2025 (queda de 0,5%), refletindo menor dinamismo do consumo.

A manutenção da taxa de juros Selic elevada (14,75% a.a.) continua impactando negativamente o crédito, o consumo e o investimento. Do lado positivo, a inflação nos últimos doze meses findos em março posicionou-se em 4,14%, abaixo do teto da meta governamental anual de 4,5%, mas sujeita a grandes incertezas advindas do cenário internacional.

O saldo das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 7.215,2 bilhões, crescimento de 1,2% no trimestre, ante 1,8% em igual trimestre de 2025. As provisões para risco de crédito encerraram o trimestre em 7,8%, ante 7,4% em dezembro de 2025.

• Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 16,0%, bem acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na Nota Explicativa nº 21.

• Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

Talentos e Cultura

No trimestre, o Banco Mercantil deu continuidade aos tradicionais investimentos em melhoria das práticas de gestão de pessoas e na implementação de inovações estratégicas voltadas para a saúde preventiva, experiência do colaborador e eficiência operacional.

Política de Equidade – Informações Consolidadas

O Mercantil e controladas dispõem de Política de Equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976.

Neste contexto, a política de contratação do Banco e controladas (Mercantil) dispõe que o processo de indicação deverá considerar pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros. Como resultado desta política tem-se o seguinte cenário:

- Programas como Vagas 50+ e ações de sensibilização sobre inclusão.
- Adoção de modelo de trabalho híbrido (aplicável à sede) e melhorias na acessibilidade;
- Proporção de mulheres superior a 50%:

Exercício / Gênero	Mulheres	Homens	Total
31/12/2025	2.133	1.652	3.785
31/03/2026	2.200	1.645	3.845

Contratação e Níveis Hierárquicos

No primeiro trimestre de 2026, 138 mulheres foram contratadas, representando 57,02% do total de contratações. A distribuição por níveis hierárquicos foi a seguinte:

Nível Hierárquico / Gênero	31/03/2026		31/12/2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Diretoria	15,63%	84,37%	16,00%	84,00%
Superint/Gerente/Consult	36,80%	63,20%	36,29%	63,71%
Coord/Superv/Espec	37,66%	62,34%	37,61%	62,39%
Administrativo	48,04%	51,96%	47,42%	52,58%
Comercial	59,01%	40,99%	58,17%	41,83%
Operacional	63,36%	36,64%	63,06%	36,94%
Estagiário	60,46%	39,54%	61,64%	38,36%
Total Geral	56,26%	43,74%	55,86%	44,14%

Remuneração Equitativa

Atrair e reter os melhores talentos é fundamental para o Mercantil. Por isto, a política de remuneração, construída com base nas melhores práticas do mercado e em ferramentas globais, reflete esse compromisso.

Nosso compromisso com a equidade salarial é contínuo. A tabela abaixo demonstra a remuneração média, segregada por sexo, para cargos de responsabilidade e complexidade similares:

(Em R\$)

31/03/2026	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.256,79	21.302,08	11.590,81	9.602,47
Coord/Superv/Espec	13.594,82	14.935,19	8.627,73	9.383,35
Administrativo	6.695,62	7.861,88	-	150,00
Comercial	5.818,37	6.843,17	3.647,01	4.306,68
Operacional	3.379,02	3.472,68	1.585,12	1.622,89
Estagiário	2.520,51	2.530,89	-	-

31/12/2025	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.566,41	21.159,87	11.301,42	10.259,96
Coord/Superv/Espec	13.559,33	14.669,55	9.706,62	10.357,46
Administrativo	6.855,35	8.025,29	1.980,11	2.717,64
Comercial	5.830,47	6.849,99	4.621,65	5.230,54
Operacional	3.368,35	3.448,27	2.005,80	2.005,57
Estagiário	2.536,31	2.527,55	-	-

O Mercantil acredita que “Diferenças Somam”, promovendo um ambiente de trabalho mais humano, empático e colaborativo. Essa abordagem fortalece o respeito às particularidades dos colaboradores e impulsiona soluções inovadoras para a empresa.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

• Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 37,3 bilhões. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram R\$ 34,2 bilhões, 91,5% do Ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R\$ 7,4 bilhões (19,8% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R\$ 1,2 bilhão e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 6,2 bilhões.

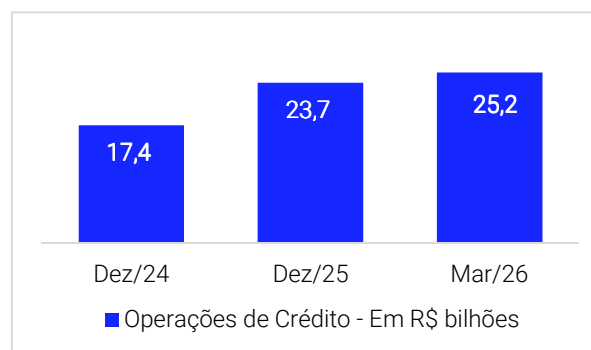
Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 1,5 bilhão (4,1% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 1,4 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 36,7 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 17,1 milhões), dentre outros menos relevantes.

Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R\$ 42,3 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R\$ 35,1 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R\$ 31,3 bilhões (83,9% do ativo total) e estão representados, basicamente, por Depósitos no Banco Central do Brasil, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Operações de Crédito e Outros Créditos.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R\$ 6,2 bilhões (16,5% do ativo total) e estão representados, basicamente, por títulos públicos federais.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 25,2 bilhões (67,5% do ativo total), com expansão de 6,2% no trimestre, apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, representa o resultado direto de uma estratégia bem definida e bem executada, com o trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. As principais linhas de crédito representam R\$ 24,4 bilhões (97,0%) da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado R\$ 18,2 bilhões (72,3%); crédito pessoal R\$ 3,4 bilhões (13,6%), empréstimo Saque FGTS R\$ 2,5 bilhões (9,7%); e Capital de Giro R\$ 352,3 milhões (1,4%). As provisões para perdas esperadas somam R\$ 1,2 bilhão (4,6%). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 7.4.



• Passivos

Captações de Recursos

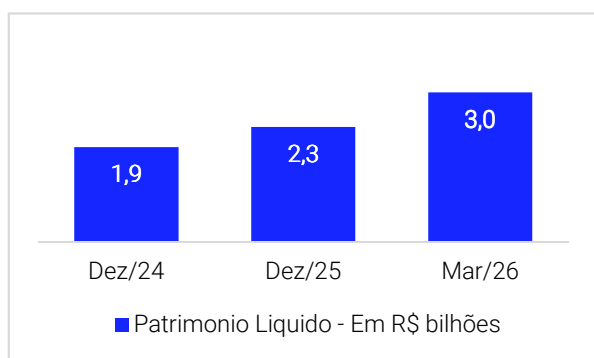
Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 32,4 bilhões, dos quais R\$ 20,1 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, recursos de aceites e emissão de títulos R\$ 8,7 bilhões, obrigações por operações vinculadas a cessões de R\$ 1,6 bilhão e

instrumentos de dívida elegível a capital R\$ 1,1 bilhão, dentre outros menos relevantes. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R\$ 8,2 bilhões. Desse total, R\$ 1,1 bilhão estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 444,7 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 315,9 milhões como Capital Complementar.

• Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido do Mercantil Múltiplo alcançou R\$ 3,0 bilhões, ante R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2025. No trimestre, o Lucro Líquido foi de R\$ 273,5 milhões e houve a incorporação de capital social subscrito e integralizado de R\$ 498,5 milhões. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa 17.1.



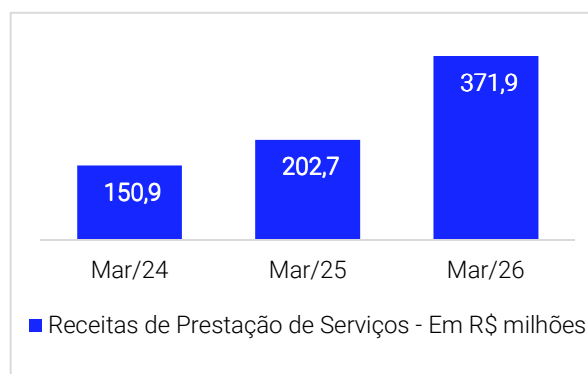
• Resultados

As Receitas de juros posicionaram-se em R\$ 2,5 bilhões (crescimento de 41,5%). Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R\$ 2,1 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários de R\$ 269,5 milhões.

As Despesas de juros somam R\$ 1,1 bilhão (crescimento de 55,2%) e estão compostas, basicamente, por despesas com operações de captação no mercado. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 14.4.

O Resultado Líquido de Juros após provisão para perdas esperadas com ativos financeiros alcançou R\$ 1,0 bilhão (crescimento de 41,8%).

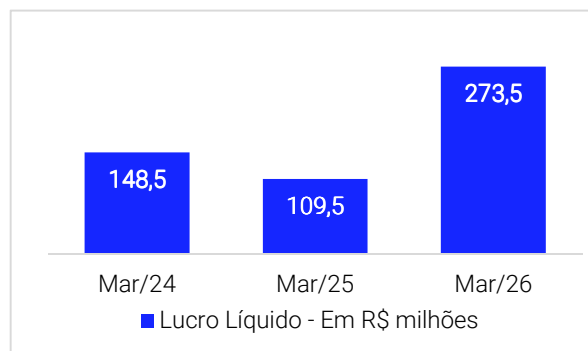
As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 371,9 milhões (R\$ 202,7 milhões em igual trimestre de 2025), expressivo crescimento de 83,5%.



As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 231,2 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 396,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

• Lucro Líquido

O Lucro Líquido também alcançou novo recorde, posicionando-se em R\$ 273,5 milhões, expressivo crescimento de 149,7% sobre o lucro de igual trimestre do exercício anterior.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações, investimentos e outros eventos relacionados às empresas controladas encontram-se detalhadas nas notas explicativas 2.2 e 11.

No trimestre, ocorreu o fechamento do capital da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, nos termos da oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia deferida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 15 de janeiro de 2026, e atos complementares nos termos das normas de regência. Informações adicionais estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente. No trimestre, os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2026.

Administração



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, em 31 de março de 2026, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º, Soinco Business Center,
Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: +55 (11) 4004-8000



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Luís Carlos Matias Ramos

Signed By: LUÍS CARLOS MATIAS RAMOS 600670428

CPF: 102670428

Registro: 05.05.2016 - 10:29:40

© ICP-BRASIL - OJ: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB

C: 001

102670428

Luís Carlos Matias Ramos

Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

		(Em milhares de Reais)	
Ativo	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	1.232.194	1.063.077
Instrumentos Financeiros		32.943.677	31.505.535
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	1.523.859	1.423.798
Títulos a Valores Mobiliários	5.1	1.523.859	1.423.798
Ao valor justo por meio do resultado	6	81.271	88.141
Títulos a Valores Mobiliários	6.1	81.271	88.141
Ao custo amortizado	7	31.338.547	29.993.596
Depósitos compulsórios no Banco Central	7.1	877.293	1.185.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	6.170.166	5.236.643
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	-	630.199
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	25.193.070	23.717.380
(Provisão para Perdas Esperadas)	7.4.e)	(1.158.296)	(995.623)
Outros Ativos Financeiros	7.6	256.314	219.226
Ativos Fiscais	8	1.750.257	1.659.980
Correntes	8.1	289.877	271.084
Diferidos	8.2	1.460.380	1.388.896
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	9	46.776	46.870
Outros Ativos	10	534.994	428.774
Investimentos	11	22.950	23.073
Imobilizado	12	604.773	625.119
Intangível	13	210.964	212.558
Total do Ativo		37.346.585	35.564.986
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		32.370.712	30.601.989
Passivos Financeiros ao custo amortizado	14	32.370.712	30.601.989
Depósitos	14.1	20.858.672	21.121.503
Captações no Mercado Aberto		18.326	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.2	8.699.924	7.197.741
Relações Interfinanceiras		84.075	98.466
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	1.635.466	1.230.108
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.3	1.064.295	949.675
Outros Passivos Financeiros		9.954	4.496
Passivos Fiscais		222.772	835.139
Correntes	8.4	191.700	813.225
Diferidos		31.072	21.914
Provisões	15	339.222	322.798
Outros Passivos	16	1.389.509	1.472.267
Patrimônio Líquido	17	3.024.370	2.332.793
Capital Social	17.1	952.710	807.203
(Ações em Tesouraria)	17.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	398.706	43.375
Reservas de Lucros	17.2	1.444.514	1.448.188
Outros Resultados Abrangentes		(1.501)	(1.219)
Lucros Acumulados		198.231	-
Participação dos não Controladores		35.540	39.076
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		37.346.585	35.564.986

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	(Em milhares de reais)	
		31/03/2026	31/03/2025
Receita de Juros		2.464.639	1.741.354
Operações de Crédito	7.4.d)	2.108.297	1.572.278
Resultado de Operações de Câmbio		53	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.1.d)/6.1.d)/ 7.2.b)/7.3.c)	269.518	180.461
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	68.374	(12.688)
Resultado das Aplicações Compulsórias		18.397	1.303
Despesa de Juros	14.4	(1.065.957)	(686.935)
Resultado Líquido de Juros		1.398.682	1.054.419
Provisão para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito	7.4.e)	(376.929)	(333.992)
Resultado Líquido de Juros após Provisão para Perdas Esperadas		1.021.753	720.427
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(663.698)	(625.900)
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	371.899	202.710
Despesas de Pessoal	18.2	(231.230)	(196.415)
Despesas Administrativas	18.3	(396.722)	(280.415)
Despesas Tributárias	18.4	(106.923)	(72.998)
Outras Receitas Operacionais	18.5	77.566	46.092
Outras Despesas Operacionais	18.6	(303.804)	(280.344)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(74.484)	(44.530)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		358.055	94.527
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	(80.034)	20.509
Corrente		(129.139)	(58.308)
Diferido		49.105	78.817
Participação dos não Controladores		(4.548)	(5.535)
Lucro Líquido do Período		273.473	109.501
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		2,2165	1,0480
Ações preferenciais		2,2165	1,0480
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		186.304	68.285
Ações preferenciais		87.169	41.216
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		84.052.790	65.155.744
Ações preferenciais		39.327.336	39.327.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro Líquido do Período	273.473	109.501
Outros Resultados Abrangentes	(282)	(5.925)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	(282)	(5.925)
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(633)	(11.206)
Efeito Fiscal	351	5.281
Resultado Abrangente Total do Período	273.191	103.576
Lucro Atribuível ao Controlador	268.643	98.041
Lucro Atribuível à Participação dos não Controladores	4.548	5.535

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(Em milhares de reais)									
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Legal	Estatutárias						
Saldos em 31/12/2025	807.203	43.375	194.036	1.254.152	-	(1.219)	(3.830)	2.293.717	39.076	2.332.793
Transações de Capital com os Sócios	145.507	355.331	-	-	(78.916)	-	-	421.922	-	421.922
Aumento de Capital – RCA 03/03/2026	145.507	352.997	-	-	-	-	-	498.504	-	498.504
Plano de Outorga de Ações	-	2.334	-	-	-	-	-	2.334	-	2.334
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	(78.916)	-	-	(78.916)	-	(78.916)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	273.473	(282)	-	273.191	4.548	277.739
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	273.473	-	-	273.473	4.548	278.021
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(282)	-	(282)	-	(282)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(633)	-	(633)	-	(633)
Efeito Fiscal	-	-	-	-	-	351	-	351	-	351
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(3.674)	3.674	-	-	-	(8.084)	(8.084)
Outros	-	-	-	(3.674)	3.674	-	-	-	(8.084)	(8.084)
Saldos em 31/03/2026	952.710	398.706	194.036	1.250.478	198.231	(1.501)	(3.830)	2.988.830	35.540	3.024.370
Saldos em 31/12/2024	807.203	43.375	156.370	848.038	-	6.839	(3.830)	1.857.995	36.594	1.894.589
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	(69.509)	-	-	(69.509)	-	(69.509)
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	(69.509)	-	-	(69.509)	-	(69.509)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	109.501	(5.925)	-	103.576	5.535	109.111
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	109.501	-	-	109.501	5.535	115.036
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(5.925)	-	(5.925)	-	(5.925)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(11.206)	-	(11.206)	-	(11.206)
Efeito Fiscal	-	-	-	-	-	5.281	-	5.281	-	5.281
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(128.180)	137.564	-	-	9.384	(4.217)	5.167
Outros	-	-	-	(128.180)	137.564	-	-	9.384	(4.217)	5.167
Saldos em 31/03/2025	807.203	43.375	156.370	719.858	177.556	914	(3.830)	1.901.446	37.912	1.939.358

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

	(Em milhares de reais)	
	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	358.055	94.527
Ajustes ao Lucro	522.138	436.345
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	79.100	50.138
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	376.929	333.992
Depreciação e Amortização	63.681	52.620
Plano de Outorga de Ações	2.334	-
(Ganhos) Perdas com Outros Ativos	94	(220)
Resultado na Alienação de Outros Ativos	-	(185)
(Aumento) / Redução em Ativos	(984.708)	(1.490.788)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(788.451)	(1.680.265)
Ativos Fiscais Correntes	(18.793)	27.413
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	3.080
Ativos Fiscais Diferidos	(22.379)	(5.771)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(55.735)	203.485
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	6.870	(1.950)
Outros Ativos	(106.220)	(36.780)
Redução / (Aumento) em Passivos	969.780	1.565.075
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.672.693	1.720.741
Passivos Fiscais Correntes	(657.879)	(21.348)
Provisões	(62.676)	10.153
Passivos Fiscais Diferidos	9.158	4.093
Outros Passivos	8.484	(148.564)
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações	865.265	605.159
Impostos Pagos	(92.785)	(30.354)
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	772.480	574.805
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(275.187)	(236.512)
Aquisição de Investimentos	123	-
Aquisição de Imobilizado Próprio	(6.806)	(13.318)
Aquisição de Ativo Intangível	(27.788)	(22.336)
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	230.579	21
Alienação de Imobilizado Próprio	34	26
Alienação de Ativo Intangível	6.519	-
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Investimento	(72.526)	(272.119)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	96.030	53.541
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(183.858)	(115.108)
Aumento de Capital	498.504	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(8.084)	(4.217)
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Financiamento	402.592	(65.784)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.102.546	236.902
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.296.974	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	7.399.520	4.171.744
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.102.546	236.902

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	(Em milhares de reais)	
	31/03/2026	31/03/2025
1 - RECEITAS	2.158.887	1.331.290
Intermediação Financeira	2.464.639	1.741.354
Prestação de Serviços	371.899	202.710
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(376.929)	(333.992)
Outras	(300.722)	(278.782)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.065.957)	(686.935)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(332.322)	(227.795)
Materiais, Energia e Outros	(16.767)	(12.686)
Serviços de Terceiros	(165.806)	(94.577)
Outros	(149.749)	(120.532)
Comunicações	(3.979)	(2.966)
Processamento de Dados	(84.496)	(58.865)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(22.715)	(17.002)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.521)	(6.770)
Transportes	(13.444)	(13.019)
Seguros	(8.183)	(7.331)
Outros	(12.411)	(14.579)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	760.608	416.560
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(63.681)	(52.620)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	696.927	363.940
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	696.927	363.940
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	696.927	363.940
Pessoal	198.462	171.181
Remuneração Direta	159.496	137.207
Benefícios	31.545	27.353
FGTS	7.421	6.621
Impostos, Taxas e Contribuições	219.725	77.723
Federais	206.866	69.456
Estaduais	13	4
Municipais	12.846	8.263
Remuneração de Capitais de Terceiros	719	-
Aluguéis	719	-
Remuneração de Capitais Próprios	278.021	115.036
Juros sobre o Capital Próprio	78.916	69.509
Lucros Retidos do Período	194.557	39.992
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	4.548	5.535

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua diretamente e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* atualmente denominadas como normas contábeis IFRS (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation)*.

Em conformidade com a IAS 01, as demonstrações financeiras anuais consolidadas em IFRS incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 29/04/2025 conforme exigido pelo IFRS 9.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 05/05/2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação %	Participação %
		31/03/2026	31/12/2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ^(II)	Financeira	96,04	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ^(IV)	MBC	-	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	Domo	99,16	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário ^(V)	MB FII	100,00	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. ^(V)	MACS	99,56	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00	100,00
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda. ^{(III) (V)}	Altivis	95,00	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. ^{(III) (V)}	Dente Vitta	95,00	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. ^{(III) (V)}	Geração Saber	95,00	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. ^{(III) (V)}	Maturitec	95,00	95,00
Viva Notícias Ltda. ^{(III) (V)}	Viva	95,00	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. ^{(III) (V)}	Pet Nacional	90,00	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. ^{(III) (V)}	Conecta Saúde	95,00	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. ^{(III) (V)}	Total Prev	95,00	95,00
Plataforma fidelidade e benefícios LTDA ^{(III) (V)}	Plat. Fidelidade	95,00	-
Lar Assistência Ltda ^{(III) (V)}	Lar Assit.	95,00	-

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.1).

^(II) Em 19 de fevereiro de 2026, após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, e o cancelamento de seu registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, o Banco adquiriu as ações em circulação detidas por acionistas minoritários pelo preço unitário de R\$ 15,72. Essa movimentação societária, que incluiu o resgate compulsório das ações remanescentes aprovado em Assembleia Geral Especial, resultou no aumento da participação direta e indireta do Banco no capital social total da controlada, elevando o percentual de 95,31% para 96,04%. Em 26 de março de 2026 foi aprovado o resgate compulsório das sobras de ações, liquidado pela Mercantil Financeira em 08 de abril de 2026 e simultaneamente as ações foram canceladas. O Banco passou a deter a partir desta data 100% das ações.

^(III) Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do público 50+ do Banco.

^(IV) Em 14/01/2026 o Banco Mercantil concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM (“MB Corretora”, “controlada”), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

^(V) Controladas Indiretamente.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, que operam crédito em suas diversas modalidades, Marketplace que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, diretas ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de março de 2026, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,2194 (em 31 de dezembro de 2025, US\$ 1,00 = R\$ 5,5024).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9:

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPJ Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo pro meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9). E podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de valor justo** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;

- **Hedge de fluxo de caixa** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- **Hedge de investimento líquido em operação no exterior** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada desta operação, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte.

(vi) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- **Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios** - as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são reconhecidas no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- **Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios** - as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados de ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a IFRS 7 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela IFRS 9. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da IFRS 9, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A partir de 1º de janeiro de 2026, em conformidade com a Lei Complementar nº 214/2025, teve início o período de teste da Reforma Tributária com a incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) à alíquota de 0,9% e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) à alíquota de 0,1%. Os valores recolhidos a título de CBS e IBS em 2026 são compensáveis com os montantes devidos de PIS e COFINS no mesmo período de apuração, mantendo a neutralidade da carga tributária neste exercício.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/2024, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e seu o valor justo.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Imobilizado

- **Imóveis para renda**

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- **Imobilizado de uso**

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- **Imobilizado de Arrendamento**

Os arrendamentos financeiros do imobilizado, são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Também, o Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como um “Ativo de direito de uso” em contrapartida ao “Passivo de arrendamento” que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico

l) Pagamentos baseados em ações

Os planos de pagamento baseados em ações são outorgados pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. a seus diretores e colaboradores-chave. Tais planos são classificados como pagamento baseado em ações liquidado em instrumento patrimonial. O valor justo na data da outorga é reconhecido como despesa de pessoal, com correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), durante o período em que os beneficiários adquirem o direito aos prêmios (*vesting period*).

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

(i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento. Adicionalmente, sobre o montante dos juros sobre o capital próprio a pagar, o Banco atua como responsável tributário pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), cuja alíquota foi majorada para 17,5% nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026.

n) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

2.4. Normas e interpretações novas e alteradas ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estavam vigentes para o período findo em 31 de março de 2026. A Instituição não optou pela adoção antecipada dessas normas, exceto se indicado de outra forma:

I. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 e introduz mudanças significativas na estrutura da Demonstração de Resultados (DRE), com foco na classificação de receitas e despesas em três novas categorias (operacional, investimento e financiamento) e na obrigatoriedade de subtotais de "lucro operacional". A norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Instituição está em fase avançada de mapeamento de contas e revisão de sistemas para garantir a correta reclassificação comparativa.

II. IFRS S1 e IFRS S2 – Divulgações de Sustentabilidade e Clima (ISSB)

Em linha com os requisitos globais e o roadmap nacional, o Banco adotará as normas de sustentabilidade do ISSB. A IFRS S1 (Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e a IFRS S2 (Divulgações Relacionadas ao Clima) visam integrar riscos não financeiros ao relatório financeiro anual.

O Banco Mercantil já iniciou o processo de coleta de dados qualitativos e quantitativos, com previsão de emissão do primeiro relatório financeiro de sustentabilidade em conformidade com o IFRS para o exercício de 2026 (a ser publicado em 2027).

III. Alterações na IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações recentes do IASB relativas às características de fluxos de caixa de ativos financeiros (testes de SPPI) e divulgações sobre risco de liquidez e passivos financeiros com características de ESG estão sendo monitoradas. Diferentemente do BRGAAP (Resolução CMN nº 4.966/21), o IFRS já possui o modelo de Perda Esperada (ECL) plenamente implementado, e o Banco segue as diretrizes da IFRS 9 para renegociações e modificações de fluxos de caixa, sem utilizar as faculdades temporárias previstas exclusivamente na regulação local (como a Resolução CMN nº 5.146/2024), a menos que haja convergência específica.

IV. Contabilidade de Hedge (*Hedge Accounting*)

Diferentemente do cronograma de transição para as normas locais (BRGAAP), que postergou a aplicação dos novos requerimentos para 1º de janeiro de 2027, a Instituição já exerce no IFRS a prerrogativa prevista na IFRS 9 de manter a aplicação dos requisitos de contabilidade de hedge em conformidade com a IAS 39. Dessa forma, a Instituição não antecipa mudanças em suas políticas contábeis de hedge para o exercício de 2027, mantendo a consistência com as práticas de classificação já adotadas e descritas em nossas políticas vigentes.

A Instituição permanece avaliando e analisando os impactos quantitativos e qualitativos da adoção das referidas normas. Com base na análise preliminar, a Administração não espera que a adoção inicial das normas, além da IFRS 18 (que alterará substancialmente a apresentação), tenha um efeito material imediato sobre o patrimônio líquido ou o resultado ajustado da Instituição, embora os requerimentos de divulgação sejam ampliados.

2.5. Reclassificação de Informações Comparativas

Para fins de melhor comparabilidade, os saldos de reversão de provisão relativos a 31 de março de 2025 foram reclassificados conforme segue:

DRE	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(181.832)	(14.583)	(196.415)
Outras Receitas Operacionais	31.509	14.583	46.092
Lucro Líquido	240.544	-	240.544

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balço Patrimonial	Financeiras (i)	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace (ii)	Outros (iii)	Eliminações	BRGAAP	Ajustes	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.211.940	92	83	20.259	(180)	1.232.194	-	1.232.194	1.311.041
Instrumentos Financeiros	33.336.442	156.033	246.536	2.125.482	(2.928.430)	32.936.063	7.614	32.943.677	22.216.594
Ativos fiscais	1.691.282	46.138	12.440	5.524	-	1.755.384	(5.127)	1.750.257	856.765
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	46.776	-	-	-	-	46.776	-	46.776	51.740
Outros Ativos	536.715	10.568	11.821	703	(24.813)	534.994	-	534.994	425.386
Investimentos	516.325	15.832	12.047	1.940	(523.194)	22.950	-	22.950	18.676
Imobilizado	546.368	54.672	796	2.937	-	604.773	-	604.773	434.268
Intangível	209.448	-	1.508	8	-	210.964	-	210.964	164.639
Ativo Total	38.095.296	283.335	285.231	2.156.853	(3.476.617)	37.344.098	2.487	37.346.585	25.479.109
Depósitos e demais instrumentos financeiros	33.225.241	-	-	1.604.637	(2.459.166)	32.370.712	-	32.370.712	22.094.738
Passivos fiscais	336.991	2.036	-	195	-	339.222	-	339.222	299.303
Provisões	183.277	21.026	18.893	1.013	-	224.209	(1.437)	222.772	121.417
Outros passivos	1.330.477	56.563	(1.623)	28.905	(24.813)	1.389.509	-	1.389.509	1.069.062
Patrimônio Líquido	3.019.310	203.710	267.961	522.103	(992.638)	3.020.446	3.924	3.024.370	1.894.589
Passivo Total	38.095.296	283.335	285.231	2.156.853	(3.476.617)	37.344.098	2.487	37.346.585	25.479.109

NOTAS EXPLICATIVAS

DRE	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ⁽ⁱⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Eliminações	BRGAAP	Ajustes	31/03/2026	31/03/2025
Receita de Juros	2.504.200	3.503	6.933	106.789	(157.449)	2.463.976	663	2.464.639	1.741.226
Despesa de Juros	(1.120.065)	-	-	(58.805)	112.913	(1.065.957)	-	(1.065.957)	(686.935)
Resultado Líquido de Juros	1.384.135	3.503	6.933	47.984	(44.536)	1.398.019	663	1.398.682	1.054.291
Provisão para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito	(376.957)	-	-	-	-	(376.957)	28	(376.929)	(333.864)
Resultado Líquido de Juros após Provisão para Perdas Esperadas	1.007.178	3.503	6.933	47.984	(44.536)	1.021.062	691	1.021.753	720.427
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(722.511)	112.473	109.211	(1.819)	(161.052)	(663.698)	-	(663.698)	(625.900)
Receitas de Prestação de Serviços	106.525	153.714	131.958	11.982	(32.280)	371.899	-	371.899	202.710
Participação em Controladas	160.614	268	170	-	(161.052)	-	-	-	-
Despesas de Pessoal	(205.847)	(17.357)	(2.759)	(5.267)	-	(231.230)	-	(231.230)	(196.415)
Despesas Administrativas	(409.439)	(6.168)	(8.070)	(5.230)	32.185	(396.722)	-	(396.722)	(280.415)
Despesas Tributárias	(74.230)	(18.776)	(11.275)	(2.642)	-	(106.923)	-	(106.923)	(72.998)
Outras Receitas Operacionais	76.056	1.331	113	91	(25)	77.566	-	77.566	46.092
Outras Despesas Operacionais	(301.711)	(534)	(926)	(753)	120	(303.804)	-	(303.804)	(280.344)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(74.479)	(5)	-	-	-	(74.484)	-	(74.484)	(44.530)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	284.667	115.976	116.144	46.165	(205.588)	357.364	691	358.055	94.527
IR e CS	(10.958)	(40.579)	(27.685)	(542)	-	(79.764)	(270)	(80.034)	20.509
Participação dos não controladores	(611)	-	(3.888)	-	(1)	(4.500)	(48)	(4.548)	(5.535)
Lucro Líquido do Período	273.098	75.397	84.571	45.623	(205.589)	273.100	373	273.473	109.501

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.232.194	1.063.077
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.167.326	5.233.897
Aplicações no mercado aberto–Posição bancada ⁽¹⁾	6.136.141	5.201.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	31.185	32.176
Total	7.399.520	6.296.974

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da operação é igual ou inferior a 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estão apresentadas como "Posição bancada" - Nota 7.2.

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor Justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.453.301	2.258	-	1.455.559
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	39.660	(28)	(2.968)	36.664
Certificado de Recebíveis Imobiliários	20.422	(3.262)	(29)	17.131
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	7.696	-	(13)	7.683
Nota Comercial	3.801	-	(12)	3.789
Debêntures	4.797	(1.529)	(235)	3.033
Total em 31/03/2026	1.529.677	(2.561)	(3.257)	1.523.859
Total em 31/12/2025	1.434.448	(1.928)	(8.722)	1.423.798

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	161.798	326.734
De 1 a 2 anos	190.831	197.480
De 2 a 3 anos	119.582	99.971
De 3 a 4 anos	389.744	54.205
De 4 a 5 anos	375.900	737.641
Acima de 5 anos	286.004	7.767
Total	1.523.859	1.423.798

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	31/12/2025	Ganhos/ Perdas	Liquidações	Transferências	31/03/2026
Estágio 1	(3.098)	(4)	176	2.734	(192)
Debênture	(33)	(1)	5	-	(29)
Nota Comercial - TVM	(13)	-	1	-	(12)
CRA	(3.009)	(2)	167	2.734	(110)
CDCA	(13)	-	1	-	(12)
CRI	(30)	(1)	2	-	(29)
Estágio 2	-	(123)	-	(2.734)	(2.857)
CRA	-	(123)	-	(2.734)	(2.857)
Estágio 3	(5.624)	(206)	5.624	(2)	(208)
CRA	(5.624)	-	5.624	-	-
Debênture	-	(206)	-	(2)	(208)
Total	(8.722)	(333)	5.800	(2)	(3.257)

d) Resultado dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes totalizou R\$ 55.945 (R\$ 52.881 no 1º trimestre de 2025).

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Valor
Cotas de Fundo Imobiliário	42.277
Fundo de investimentos em direitos creditórios	35.146
Fiagro	948
Funcine	1.570
Cotas de Fundo de Investimento	392
Fundo de Investimento em Cotas	938
Total em 31/03/2026	81.271
Total em 31/12/2025	88.141

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Consolidado	31/03/2026	31/12/2025
Indeterminado	46.125	53.232
Até 1 ano	18.294	17.861
De 2 a 3 anos	16.852	17.048
Total	81.271	88.141

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Resultado dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

O Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado totalizou R\$ 1.680 (R\$ 1.322 no 1º trimestre de 2025).

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor de Referência	Valor Justo	Valor de Referência	Valor Justo
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱ⁾ Posição passiva Taxa de Juros	8.980.811	8.974.847	10.661.764	10.664.889
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱ⁾ Posição ativa – Ibovespa	717	735	1.881	1.911
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Posição passiva - Moeda estrangeira	1.306	1.321	131	132
Total	8.982.834	8.976.903	10.663.776	10.666.932

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	6.374.976	2.605.835	8.980.811
Contrato de Futuro – Mini-Índice	717	-	-	717
Contrato de Futuro – Dólar	1.306	-	-	1.306
Total em 31/03/2026	2.023	6.374.976	2.605.835	8.982.834
Total em 31/12/2025	2.012	-	10.661.764	10.663.776

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado

<i>Hedge</i> de risco de mercado	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos ⁽¹⁾	3.645.435	3.652.451	9.829.219	9.859.797
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	3.652.449	3.652.449	9.859.791	9.859.791

⁽¹⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através do índice de *hedge*, que é medido pela relação entre a quantidade do instrumento de *hedge* e do item protegido (objeto de *hedge*), em termos de sua ponderação relativa, além da avaliação qualitativa da relação de proteção, alinhado com a estratégia de gerenciamento de riscos da Instituição.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos” conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – DI	242.880	(174.639)	68.241
Contrato de Futuro – Dólar	334	(206)	128
Contrato de Futuro – Mini-Índice	167	(162)	5
Total em 31/03/2026	243.381	(175.007)	68.374
Total em 31/12/2025	49.607	(62.295)	(12.688)

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Conta de Pagamento Instantâneo	366.089	511.085
Depósito a Prazo	480.740	639.321
Depósito de Poupança	20.630	21.093
Direcionamento Microcrédito	9.084	9.272
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	750	5.000
Total - Circulante	877.293	1.185.771

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto	6.136.141	5.201.721
Posição bancada	6.136.141	5.201.721
Letras do Tesouro Nacional - LTN	89.999	2.700.000
Nota do Tesouro Nacional - NTN	4.479.990	2.299.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.499.985	-
Títulos Privados	66.167	201.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.025	34.922
Total	6.170.166	5.236.643
Circulante	6.167.326	5.194.798
Não circulante	2.840	41.845

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “Captação no Mercado Aberto – Carteira de Terceiros”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de terceiros.

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	186.367	96.667
Posição bancada	184.475	95.318
Posição financiada	1.892	1.349
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.974	16.135
Total	198.341	112.802

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Composição	31/03/2026	31/12/2025
Títulos Externos Soberanos	-	630.199
Total	-	630.199

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento

Prazo	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	-	630.199
Total	-	630.199

Os Títulos e Valores Mobiliários, encontram-se registrados e custodiados conforme suas especificidades e jurisdições. Os Títulos Nacionais estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os Títulos Externos Soberanos encontram-se custodiados na Euroclear.

O valor de custo dos títulos classificados ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição, atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão sujeitos à apuração de perdas de crédito esperadas, utilizando metodologia específica e modelos de risco conforme definido na política institucional.

c) Resultado dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Em 31 de março de 2026 o Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado totalizou R\$ 13.552 (R\$ 13.456 no 1º trimestre de 2025).

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das Operações de Crédito e Outros Créditos por produtos

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos	24.751.537	23.221.312
Empréstimo Consignado ⁽ⁱ⁾	18.223.766	16.754.540
Empréstimo Saque FGTS	2.456.573	2.637.606
Crédito Pessoal	3.417.944	3.157.040
Capital de Giro	352.356	365.603
Cheque Especial	94.292	94.533
Cartão de Crédito	26.692	27.505
Conta Garantida	22.769	19.877
Outros Empréstimos e Financiamentos	157.145	164.608
Outros Créditos	438.320	469.956
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	140.245	142.905
Devedores por compra de valores e bens	45.247	47.098
Titulos e créditos a receber	252.828	279.953
Subtotal	25.189.857	23.691.268
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de Hedge ⁽ⁱⁱ⁾	7.016	30.578
Ajuste Taxa Efetiva	(3.803)	(4.466)
Total	25.193.070	23.717.380

⁽ⁱ⁾ Compreende operações de Empréstimo Consignado INSS, Público e Privado.⁽ⁱⁱ⁾ O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 6.2.). A operação de Hedge é realizada para o Empréstimo Consignado e Empréstimo Saque FGTS.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	10.493.943	9.874.714
De 1 ano até 5 anos	11.875.654	11.101.950
Acima de 5 anos	2.820.261	2.714.603
Total	25.189.857	23.691.268

c) Movimentação da carteira por estágio

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	22.516.283	296.809	878.176	23.691.268
Constituição / Reversão	1.581.885	38.170	45.336	1.665.391
Transferência para Estágio 1	30.328	(29.617)	(711)	-
Transferência para Estágio 2	(200.082)	201.145	(1.063)	-
Transferência para Estágio 3	(110.501)	(147.523)	258.024	-
Baixa para prejuízo	-	-	(166.802)	(166.802)
Saldo em 31/03/2026	23.817.913	358.984	1.012.960	25.189.857

d) Receitas de Operações de Crédito e Outros Créditos

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de empréstimos	2.096.105	1.571.075
Rendas de financiamentos	847	941
Outros Créditos	11.345	262
Total	2.108.297	1.572.278

e) Movimentação das Perdas esperadas por estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	139.501	116.050	740.072	995.623
Constituição / Liquidação	16.322	98.142	214.369	328.833
Transferência para Estágio 1	10.556	(10.006)	(550)	-
Transferência para Estágio 2	(3.846)	4.595	(749)	-
Transferência para Estágio 3	(2.715)	(65.043)	67.758	-
Baixa para prejuízo	-	-	(166.160)	(166.160)
Saldo em 31/03/2026	159.818	143.738	854.740	1.158.296

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados geraram um efeito negativo no resultado de R\$ 48.097 (R\$ 9.197 no 1º trimestre de 2025).

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.4.d. (viii)).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas são como segue:

Descrição	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas
Cessão de Crédito - Outras ⁽¹⁾	2.244.592	1.635.466
Total em 31/03/2026	2.244.592	1.635.466
Total em 31/12/2025	1.665.074	1.230.108

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a operação de cessão de direitos creditórios com características de retenção substancial de riscos e benefícios em operação estruturada que tem como lastro direitos creditórios cedidos pelo Banco Mercantil.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a receber ⁽¹⁾	248.110	214.337
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	7.269	1.116
Negociação e Intermediação de Valores	935	3.773
Total	256.314	219.226
Circulante	142.443	12.156
Não circulante	113.871	207.070

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R\$ 5.894 (R\$ 7.200 em dezembro de 2025).

8. Ativos e Passivos Fiscais

8.1. Ativos Fiscais Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽¹⁾	17.935	36.693
IRPJ / CSLL ⁽¹⁾	44.080	43.319
Impostos e contribuições retidos na fonte	63.692	59.304
Antecipação IRPJ/CSLL	162.350	129.948
Outros	1.820	1.820
Total	289.877	271.084
Circulante	201.113	266.899
Não circulante	88.764	4.185

⁽¹⁾ O Banco é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

8.2. Ativos Fiscais Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Descrição	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026
Diferenças temporárias	905.206	461.487	(363.766)	1.002.927
Provisão para perda esperada	707.264	144.433	(87.312)	764.385
Provisão para Contingências	127.469	35.213	(27.405)	135.277
MTM	1.476	692	-	2.168
Outras diferenças temporárias	68.997	281.149	(249.049)	101.097
Prejuízo Fiscal / Base Negativa ⁽¹⁾	488.708	75	(31.330)	457.453
MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	100	-	(100)	-
Total	1.394.014	461.562	(395.196)	1.460.380

⁽¹⁾ Refere-se à Transação Tributária Individual não recorrente, de 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação atodos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias: (i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/89. A Transação Tributária foi firmada com amparo na Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 6.757/22, com modificações posteriores, e contemplou os benefícios legais aplicáveis, com desconto negociado de 58,8%. A celebração do acordo reflete a estratégia do Banco Mercantil na gestão de riscos fiscais e o principal objetivo da transação foi a regularização ampla de controvérsias jurídicas, promovendo maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na alocação de capital, com efeitos positivos sobre a qualidade e a sustentabilidade dos resultados futuros.

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

b) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Descrição	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	31/03/2026	31/12/2025
2026	149.442	5.108	154.550	529.265
2027	518.511	131.014	649.525	281.864
2028	97.342	273.371	370.713	323.248
2029	58.761	46.439	105.200	69.501
2030 a 2032	178.871	1.521	180.392	185.018
Total	1.002.927	457.453	1.460.380	1.388.896
Valor Presente	731.256	323.165	1.054.421	997.186

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de março de 2026, no Consolidado, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R\$ 183 da Controlada Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Resultado antes dos impostos	358.055	94.527
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(134.950)	(35.830)
Ajustes no cálculo dos tributos		
Juros sobre o capital próprio	35.512	31.279
Outros valores	19.404	25.060
Resultado de IR / CS	(80.034)	20.509

⁽¹⁾Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 15% para as demais Instituições Financeiras e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

8.4. Passivos Fiscais Correntes

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Transação Tributária	-	686.777
IRPJ/CSLL	58.214	10.185
IRRF s/ salários e serviços de terceiros	68.939	40.004
PIS	5.052	6.003
COFINS	28.847	34.655
Outros	30.648	35.601
Total - Circulante	191.700	813.225

9. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Custo	Provisão	31/03/2026	31/12/2025
Imóveis	64.341	(17.565)	46.776	46.870

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda:

Descrição	Imóveis
Saldo em 31/12/2025	46.870
Adições	-
Baixas	-
(-) Constituição / (+) Reversão de Provisão	(94)
Saldo em 31/03/2026	46.776

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

10. Outros Ativos

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (vide nota nº 10.1.)	129.883	137.867
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº 15.b)	131.918	139.457
Adiantamentos ao FGC	114.302	-
Cartão de Crédito ⁽ⁱ⁾	62.899	62.461
Devedores Diversos - País	49.223	58.150
Outros	46.769	30.839
Total	534.994	428.774
Circulante	199.463	180.990
Não circulante	335.531	247.784

⁽ⁱ⁾ Refere-se, aos valores a receber, referente a compras realizadas com cartão de crédito pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Propaganda e publicidade ⁽ⁱ⁾	74.007	83.175
Serviços do Sistema Financeiro	14.982	17.402
Seguros ⁽ⁱⁱ⁾	10.004	11.246
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30.890	26.044
Total	129.883	137.867
Circulante	18.255	30.083
Não circulante	111.628	107.784

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos recursos aplicados na aceleração de negócios por de meios digitais na originação de operações de crédito no montante de R\$ 42.464 mil, e o restante do saldo refere-se a contratação de propagandas institucionais ainda não veiculadas. Cabe ressaltar que a partir de 1º de janeiro de 2025 a nova originação através de meios digitais passou a compor a taxa efetiva de juros da carteira de crédito.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. Investimentos

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
CIP S.A. ⁽ⁱ⁾	16.286	16.286
Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾	4.500	4.500
Gyramais Tecnologia S.A.	1.940	1.940
Outros	224	347
Total – Não Circulante	22.950	23.073

⁽ⁱ⁾ Nome fantasia: Nuclea.

⁽ⁱⁱ⁾ Aquisição da participação indireta pela Contolada Banco Mercantil de Investimentos S.A. de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, correspondendo a uma participação indireta de 9,25% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., aprovada pelo Bacen em 25/06/2025.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação	31/03/2026	31/12/2025
Imobilizado para Renda	-	2.984	(29)	2.955	2.955
Terrenos	-	2.947	-	2.947	2.947
Edificações	4%	37	(29)	8	8
Imobilizado de uso	-	451.682	(276.033)	175.649	181.185
Equipamentos de processamento de dados	20%	228.097	(172.971)	55.126	59.638
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	129.836	(47.554)	82.282	83.197
Móveis e equipamentos	10%	93.150	(55.508)	37.642	37.751
Material em estoque	-	599	-	599	599
Total		454.666	(276.062)	178.604	184.140

b) Movimentação do imobilizado próprio

Movimentação	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imobilizado para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	59.638	83.197	37.751	2.955	599	184.140
(+) Adições	617	4.503	1.686	-	-	6.806
(+/-) Transferência	(4)	-	4	-	-	-
(-) Baixas	(215)	(888)	(11)	-	-	(1.114)
(-) Depreciação no período	(5.095)	(5.418)	(1.795)	-	-	(12.308)
(-) Baixas de Depreciação	185	888	7	-	-	1.080
Saldo em 31/03/2026	55.126	82.282	37.642	2.955	599	178.604

12.2. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo	Depreciação ⁽¹⁾	31/03/2026	31/12/2025
Bens de direito de uso	500.953	(74.784)	426.169	440.979

⁽¹⁾A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Movimentação	Bens de direito de uso
Saldo em 31/12/2025	440.979
(+) Adições	46.225
(-) Baixas	(38.935)
(-) Depreciação no período	(28.510)
(-) Baixas de Depreciação	6.410
Saldo em 31/03/2026	426.169

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Descrição	Taxa	Custo	Amortização	31/03/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	244.260	(98.804)	145.456	143.741
Licenças e Direitos de uso ⁽¹⁾	-	108.396	(44.502)	63.894	66.888
Sistemas de Segurança	20%	3.601	(3.091)	510	690
Outros Intangíveis	20%	1.138	(34)	1.104	1.239
Total		357.395	(146.431)	210.964	212.558

⁽¹⁾ Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível

Movimentação	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	143.741	66.888	690	1.239	212.558
(+) Adições	14.348	13.179	-	261	27.788
(-) Baixas	(1.948)	(8.917)	-	(373)	(11.238)
(-) Amortização no período	(10.685)	(11.975)	(180)	(23)	(22.863)
(+) Baixas de Amortização	-	4.719	-	-	4.719
Saldo em 31/03/2026	145.456	63.894	510	1.104	210.964

14. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
À Vista	432.191	-	-	432.191	398.707
Poupança	101.288	-	-	101.288	105.612
Interfinanceiros	8.632	7.980	190.585	207.197	216.020
A Prazo	2.531.286	7.090.874	10.492.712	20.114.872	20.388.960
Outros	3.124	-	-	3.124	12.204
Total	3.076.521	7.098.854	10.683.297	20.858.672	21.121.503

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	31.650	2.097.460	4.968.502	7.097.612	5.588.408
Debêntures	-	-	1.585.059	1.585.059	1.583.571
Letras de Crédito do Agronegócio	3.572	13.681	-	17.253	25.762
Total	35.222	2.111.141	6.553.561	8.699.924	7.197.741

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital é como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da operação	31/03/2026	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada – Nível II	2026 a 2039	561.557	748.406	687.798
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	283.671	315.889	261.877
Total			1.064.295	949.675
Circulante			115.890	95.228
Não circulante			948.405	854.447

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R\$ 444.668 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Operações de captação no mercado	1.065.791	683.578
Depósitos	682.279	524.474
Despesas de LCA, LCI e LF	269.673	115.101
Despesas de Debêntures	58.804	35.694
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	46.433	1.458
Operações compromissadas	1.286	488
Outras	7.316	6.363
Operações de Empréstimos e Repasses	166	3.357
Total	1.065.957	686.935

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Provisões para processos cíveis	193.128	179.326
Provisões para processos trabalhistas	72.544	67.988
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	73.550	75.484
Total – Não circulante	339.222	322.798

⁽¹⁾ Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas

a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	Riscos Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	179.326	67.988	75.484	322.798
Constituição / (Reversão)	61.795	14.724	(2.035)	74.484
Atualização Monetária	2.103	1.479	1.034	4.616
Liquidações / Atualização de depósitos	(50.096)	(11.647)	(933)	(62.676)
Saldos em 31/03/2026	193.128	72.544	73.550	339.222
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	20.474	27.650	83.794	131.918

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 15.609 (R\$ 14.522 em dezembro de 2025). As ações tributárias totalizaram R\$ 7.104 (R\$ 6.999 em dezembro de 2025).

Em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF - 06) que deu provimento à remessa necessária à apelação da Fazenda Nacional no julgamento do processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800. Tal julgamento reverteu uma das sentenças favoráveis que havia reconhecido a coisa julgada do Banco e lhe garantia a não incidência de COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98. Contra tal decisão, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram admitidos pelo TRF - 06 em 17 de dezembro de 2024, atribuindo efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão. Em virtude dessa decisão, o Banco reclassificou o risco de perda do referido processo de remoto para possível. Não obstante a classificação de riscos aqui relatados, o Banco optou por adotar uma solução definitiva para o encerramento de 96% dos litígios de natureza tributária. Assim, em 23 de dezembro de 2025, o Banco celebrou transação tributária individual conjunta com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais relacionados às controvérsias (i) sobre a incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/1998 e (ii) sobre incidência de IR/CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial - IPC 89.

16. Outros Passivos

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽ⁱ⁾	436.524	460.390
Obrigações por Convênios Oficiais	256.124	198.161
Sociais e Estatutárias	122.725	313.194
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	80.164	7.496
Provisão para Pagamentos a Efetuar	152.868	100.120
Credores Diversos	44.407	88.314
Cartão de Crédito ⁽ⁱⁱ⁾	81.383	66.344
Provisão para despesas administrativas	197.835	224.309
Outros	17.479	13.939
Total	1.389.509	1.472.267
Circulante	1.119.627	1.195.284
Não circulante	269.882	276.983

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativamente aos Bens de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.).

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações Ordinárias	84.052.790	647.206	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	123.728.626	952.710	104.831.580	807.203
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	123.380.126	948.880	104.483.080	803.373

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R\$ 300.000.007,76 (trezentos milhões e sete reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R\$ 500.000.004,14 (quinhentos milhões e quatro reais e catorze centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada uma, ao preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei das S.A. Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Durante o período de exercício do direito de preferência no Aumento de Capital, encerrado em 02 de fevereiro de 2026 ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"), foram subscritas 17.329.373 (dezessete milhões, trezentas e vinte nove mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada, emitidas pela Companhia, ao preço de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 457.148.859,74 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, setenta e quatro centavos), atingindo-se, portanto, valor superior ao mínimo estabelecido para o Aumento de Capital.

Durante o período de exercício do direito de subscrição de sobras de ações, que se iniciou em 5 de fevereiro de 2026 (inclusive) e terminou em 13 de fevereiro de 2026 (inclusive), foram subscritas 1.567.673 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, seiscentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito, durante o referido período de exercício do direito de subscrição de sobras, no valor de R\$ 41.355.213,74 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais, setenta e quatro centavos), cuja integralização ocorreu conforme procedimentos previstos no Segundo Aviso aos Acionistas.

Dessa forma, considerando tanto o período de exercício do direito de preferência, quanto o período de exercício do direito de subscrição de sobras, foram subscritas e integralizadas, no total, 18.897.046 (dezoito milhões, oitocentas e noventa e sete mil, quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito de R\$ 498.504.073,48 (quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quatro mil, setenta e três reais, quarenta e oito centavos), sendo o montante de R\$ 145.507.254,20 (cento e quarenta e cinco milhões e quinhentos e sete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) apropriados ao capital social e o montante de R\$ 352.996.819,28

(trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa seis mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) sendo apropriados à reserva de capital.

Como restaram apenas 56.707 (cinquenta e seis mil, setecentas e sete) ações não subscritas, a administração submeteu ao Conselho de Administração da Companhia que homologou o Aumento de Capital parcial, com o cancelamento das ações remanescentes não subscritas, sem realização de leilão de sobras, tendo em vista o atingimento de valor superior ao Aumento de Capital Mínimo (conforme definido no Primeiro Aviso aos Acionistas). As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito de subscrição das sobras ou rateio das ações foram desconsideradas.

O capital social da Companhia passou de R\$ 807.203.166,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e três mil, cento e sessenta e seis reais), dividido em 104.831.580 (cento e quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, quinhentas e oitenta) ações, sendo 65.155.744 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R\$ 952.710.420,20 (novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais, vinte centavos), dividido em 123.728.626 (cento e vinte três milhões, setecentas e vinte oito mil, seiscentas e vinte seis) ações, sendo 84.052.790 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). O Aumento de Capital foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.com.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76. Conforme mencionado na nota Eventos Subsequentes do Aumento de Capital, o valor de R\$ 352.996.819,28 foi apropriado à reserva de capital elevando o saldo de R\$ 43.374.979,60 para o montante de R\$ 396.371.748,88. O Aumento de Capital, com a respectiva constituição de reserva de capital, foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	273.473	109.501
(-) Reserva Legal	(13.674)	(5.475)
Base de Cálculo	259.799	104.026
Juros s/ capital próprio (bruto) provisionados	78.916	69.509
(-) IRRF relativo aos juros s/ capital próprio	(13.810)	(10.426)
Juros s/ capital próprio (líquido) provisionados	65.106	59.083
Percentual dos juros s/ capital próprio sobre a base de cálculo	25,1%	56,8%

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2026	31/03/2025
Número médio e final de ações	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	186.304	87.169	273.473	109.501
Lucro básico por ação	2,2165	2,2165	2,2165	1,0480

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

17.5 Pagamento Baseado em Ações

a) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em 26 de novembro de 2025 o Banco Mercantil aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), voltado para os diretores estatutários e não estatutários e empregados em posições chave no Banco e Empresas Controladas.

No âmbito do Plano de Ações Restritas, poderão ser outorgadas ações restritas que deem direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão do Banco ("Ações Restritas ON"), e/ou ações restritas que deem direito ao recebimento de ações preferenciais de emissão do Banco ("Ações Restritas PN"). As ações decorrentes das ações restritas a serem outorgadas no âmbito do Plano representarão, no máximo, 10% do capital social total da Companhia, considerado em bases totalmente diluídas, o qual poderá ser ajustado nos termos do Plano, podendo ser outorgadas tanto Ações Restritas ON, quanto Ações Restritas PN, sem guardar proporção entre as espécies.

Em 3 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas, destinado exclusivamente a Diretores Estatutários.

b) Características do 1º Programa

Data de Outorga	Ações aprovadas (ON)	Vesting	Valor Justo na Outorga (por ação)	Participantes
20/03/2026	4.300.000	Até 5 anos	R\$ 64,89	Diretores Estatutários

- **Critério de Vesting:** A aquisição do direito ocorre de forma escalonada: 25% no 1º, 2º e 3º aniversários da primeira outorga; e respectivamente 15% no 4º aniversário; e 10% no 5º aniversário.
- **Período de Restrição:** Após a entrega, as ações ficam sujeitas uma restrição de negociação (*lock-up*) por um período adicional de 5 anos.
- **Precificação:** O valor justo das ações foi determinado pelo valor de mercado cotado na data de sua outorga.

c) Impacto no Resultado

No trimestre findo em 31 de março de 2026, o Banco reconheceu o montante de R\$ 2.334 a título de despesa de benefícios a empregados vinculada a este plano, registrada na rubrica "Despesas de Pessoal".

Adicionalmente, conforme a Resolução CMN nº 5.177/2024, 50% da remuneração variável dos administradores é paga por meio de instrumentos compatíveis com a criação de valor a longo prazo, sendo direcionada à aquisição de quotas de Fundo de Investimento em Ações do Banco.

18. Outras Receitas/Despesas Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Renda de Intermediação de negócios ⁽¹⁾	332.739	144.620
Tarifas bancárias	31.859	45.937
Cartão de crédito – Intercâmbio	328	9.091
Serviços de arrecadação	3.177	1.115
Administração de fundos de investimentos	903	648
Cobrança	554	640
Outros	2.339	659
Total	371.899	202.710

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências gerados pelo Banco e através de empresas controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Proventos	98.405	88.000
Encargos sociais	40.189	31.856
Benefícios	31.545	27.353
Honorários	42.872	31.714
Participações no lucro	18.219	17.492
Total	231.230	196.415

18.3. Despesas administrativas

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	146.566	98.224
Processamento de dados	84.496	58.865
Amortização e depreciação	63.681	52.620
Comissão de Originação	19.240	19.033
Propaganda, publicidade e publicações	22.715	17.002
Transportes	13.444	13.019
Materiais, manutenção e conservação de bens	12.612	8.379
Seguros	8.183	7.331
Serviços do sistema financeiro	4.521	6.770
Água, energia e gás	4.155	4.307
Comunicações	3.979	2.966
Outras	13.130	10.932
Total	396.722	299.448

18.4. Despesas tributárias

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
COFINS	78.509	52.831
PIS	13.680	9.022
ISSQN	11.468	6.649
Outros tributos	3.266	4.496
Total	106.923	72.998

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Recuperação de encargos e despesas	17.579	9.037
Variações monetárias ativas	20.320	10.836
Reversão de provisões	22.687	15.676
Outras receitas operacionais	16.980	10.543
Total	77.566	46.092

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱ⁾	227.905	203.876
Despesas de carácter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	26.907	12.527
Variações monetárias passivas	4.616	5.608
Outras despesas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	44.376	58.333
Total	303.804	280.344

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Cíveis	(61.795)	(36.800)
Trabalhistas	(14.724)	(7.680)
Fiscais	2.035	(50)
Total	(74.484)	(44.530)

18.8. Resultados não recorrentes

Em 31 de março de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações em DI ^(I)		387.861	367.076
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	387.861	358.129
Mercantil Financeira S.A.	-	-	8.947
Títulos e Valores Mobiliários ^(II)		469.445	424.909
OPEA	24/10/2035	469.445	424.909
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ^(III)		572	861
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	30/04/2026	41	63
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	30/04/2026	130	131
COSEFI	30/04/2026	26	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	30/04/2026	10	11
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	30/04/2026	8	7
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	30/04/2026	-	26
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	30/04/2026	12	30
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	30/04/2026	77	77
Mercantil Financeira S.A.	30/04/2026	175	407
SANSA	30/04/2026	3	3
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	30/04/2026	10	10
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	30/04/2026	10	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	30/04/2026	10	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	30/04/2026	10	10
Viva Notícias Ltda.	30/04/2026	10	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	30/04/2026	10	10
Assistência Conecta Saúde Ltda.	30/04/2026	10	10
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30/04/2026	10	10
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	30/04/2026	10	-
Dividendos / JCP a Receber		-	15.342
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	-	2.660
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	-	12.480
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	-	110
COSEFI	Sem prazo	-	92

^(I) Refere-se as aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.

^(II) Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.

^(III) Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo	Prazo máximo	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos ^(I)		(1.115.609)	(940.494)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(1.058)	(1.259)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(155.017)	(85.231)
COSEFI	-	(28.607)	(28.541)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(8.334)	(7.616)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(6.620)	(6.559)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(197)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(30)	(130)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(147.736)	(28.559)
Mercantil Financeira S.A.	-	(1.363)	(982)
SANSA	-	(2.576)	(2.532)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(9.211)	(11.409)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(13.085)	(11.539)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(9.615)	(32.443)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(13.006)	(33.094)
Viva Notícias Ltda.	-	(6.759)	(7.422)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(11.239)	(13.387)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(8.000)	(8.388)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(8.727)	(14.479)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	-	(8.559)	-
Lar Assistencia Ltda.	-	(9.822)	-
Pessoal Chave da Administração	-	(666.245)	(646.727)
Captações no Mercado Aberto		(29.791)	(42.998)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	-	(8.566)
Mercantil Financeira S.A.	-	(7.672)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(12.857)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(22.119)	(21.575)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão ^(II)		(2.012.252)	(1.832.936)
OPEA	24/10/2035	(2.012.252)	(1.832.936)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		(2.930)	(28.410)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	30/04/2026	-	(19.140)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	30/04/2026	-	(17)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	30/04/2026	(558)	(7.429)
Mercantil Financeira S.A.	30/04/2026	(419)	(419)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	30/04/2026	(112)	(133)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	30/04/2026	(332)	(133)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	30/04/2026	(15)	(295)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	30/04/2026	(336)	(300)
Viva Notícias Ltda.	30/04/2026	(197)	(106)
Assistência Pet Nacional Ltda.	30/04/2026	(224)	(159)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	30/04/2026	(197)	(106)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30/04/2026	(11)	(173)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	30/04/2026	(197)	-
Lar Assistencia Ltda.	30/04/2026	(332)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ^(III)		(2.644)	(2.874)
Pessoal Chave da Administração	-	(2.644)	(2.874)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ^(IV)		(8.493)	(7.420)
Pessoal Chave da Administração	-	(8.493)	(7.420)
Dividendos / JCP a Pagar		(58.296)	(117.377)
Pessoal Chave da Administração	-	(58.296)	(117.377)

^(I) Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS

^(II) Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.

^(III) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.

^(IV) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

Receitas / (Despesas)	31/03/2026	31/03/2025
Resultado da Intermediação Financeira ^(I)	(125.901)	(78.413)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	12.807	7.810
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	(3.496)	(6.022)
COSEFI	(966)	(823)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(226)	(151)
MB FII	-	(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(218)	(152)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(103)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(737)	(626)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(3.589)	(7.723)
Mercantil Financeira S.A.	(323)	3.124
OPEA	(100.987)	(64.858)
SANSA	(85)	(70)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(306)	(317)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(372)	(321)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(595)	(318)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(667)	(324)
Viva Notícias Ltda.	(197)	-
Assistência Pet Nacional Ltda.	(369)	-
Assistência Conecta Saúde Ltda.	(250)	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	(337)	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	(161)	-
Lar Assistencia Ltda.	(92)	-
Pessoal Chave da Administração	(24.735)	(7.509)
Receitas de Prestação de Serviços ^(II)	1.773	2.382
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	125	121
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A..	395	399
COSEFI	79	80
Domo Digital Tecnologia S.A.	32	32
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	25	18
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	0	69
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	36	78
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	235	236
Mercantil Financeira S.A.	576	1.221
SANSA	10	8
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	30	30
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	30	30
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	30	30
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	30	30
Viva Notícias Ltda.	30	-
Assistência Pet Nacional Ltda.	30	-
Assistência Conecta Saúde Ltda.	30	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	20	-
Outras Despesas Administrativas	(31.270)	(12.727)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. ^(III)	(19.326)	(4.895)
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(IV)	(11.919)	(7.701)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(106)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(25)	(25)
Outras Despesas Operacionais	(500)	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A..	(500)	-

^(I) Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras) mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

^(II) Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

^(III) Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

^(IV) Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 197.000.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 18.2.).

Até 31 de março de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.5, o Banco instituiu o Plano de Outorga de Ações Restritas. Em 3 de março de 2026, foi aprovado o 1º Programa de Outorga, destinado exclusivamente aos Diretores Estatutários.

No trimestre findo em 31 de março de 2026, o Banco reconheceu o montante de R\$ 2.334 a título de despesa de remuneração baseada em ações para seus administradores, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.177/24 (que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras).

As ações outorgadas possuem prazo de carência (vesting) de até 5 anos e estão sujeitas a restrições de negociação (lock-up) por período adicional de 5 anos após a entrega, visando o alinhamento de interesses a longo prazo e a gestão de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes

das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e Compliance, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência - PR	3.267.298	2.566.562
Patrimônio de Referência Nível I	2.822.630	2.126.814
Capital Principal – CP	2.506.741	1.864.937
Capital Complementar - CC	315.889	261.877
Patrimônio de Referência Nível II	444.668	439.748
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	20.385.937	18.966.362
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	18.169.278	16.925.922
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	35.709	38.981
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	2.180.950	2.001.459
Índice de Basileia	16,0%	13,5%
Capital de Nível I	13,8%	11,2%
Capital Principal	12,3%	9,8%

Conforme amplamente divulgado em fato relevante e aviso aos acionistas do dia 23 de dezembro de 2025, o Banco com o objetivo de recompor sua margem de capital aos níveis anteriores à transação celebrada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)

comunicou o aumento de capital privado de R\$ 300.000 a R\$ 500.000 visando a continuidade do crescimento apresentado pelo Banco Mercantil nos últimos anos. Após os trâmites regulatórios no dia 24 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou o aumento de Capital de R\$ 498.504 já integralizados no Banco e homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026 (vide nota explicativa n.º 17.1.).

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 19,91% (19,32% em dezembro de 2025).

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	31/03/2026	31/12/2025
Sudeste	23.371.765	26.647.860
Centro-Oeste	4.616.701	2.259.415
Nordeste	2.245.171	528.979
Sul	1.881.171	109.361
Norte	434.738	32.990
Total Geral	32.549.546	29.578.605

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	31/03/2026	31/12/2025
Pessoa Física	25.105.466	22.813.979
Pessoa Jurídica	7.444.080	6.764.628
Total Geral	32.549.546	29.578.607

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	31/03/2026	31/12/2025
Até 6 meses	4.577.192	4.476.211
Acima de 6 meses até 1 ano	3.894.110	1.344.001
Acima de 1 ano até 5 anos	11.347.997	8.819.301
Acima de 5 anos	12.730.247	14.939.091
Total Geral	32.549.546	29.578.604

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	31/03/2026			31/12/2025		
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo
Sudeste	690.407	621.620	662.877	628.567	393.252	141.834
Centro-Oeste	79.743	69.323	18.148	65.556	36.729	10.983
Nordeste	114.194	102.827	30.164	86.758	67.044	10.101
Norte	22.994	19.465	2.451	8.365	7.183	1.050
Sul	104.072	54.180	1.914	100.274	25.819	1.287
Total Geral	1.011.410	867.415	715.554	889.520	530.027	165.255

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	31/03/2026	31/12/2025
Atraso menor que 30 dias	396.065	337.508
Atraso entre 31 e 90 dias	140.560	150.048
Atraso entre 91 e 180 dias	48.416	37.997
Atraso entre 181 e 365 dias	41.454	36.758
Atraso maior que 365 dias	7.929	6.968
Total Geral	634.424	569.279

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	31/03/2026	31/12/2025
Curso Normal	16.170	59.374
Curso Anormal	59.408	19.237
Total Geral	75.578	78.611

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	31/03/2026	31/12/2025
10 Maiores	6%	5%
100 Maiores	9%	6%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos - Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte,

os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.523.859	1.455.559	68.300	-	1.523.859
Títulos e Valores Mobiliários	1.523.859	1.455.559	68.300	-	1.523.859
Ao valor justo por meio do resultado	81.271	-	2.900	78.371	81.271
Títulos e Valores Mobiliários	81.271	-	2.900	78.371	81.271
Ao custo amortizado	31.338.547	877.293	28.814.290	503.587	30.195.170
Depósitos no Banco Central do Brasil	877.293	877.293	-	-	877.293
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.170.166	-	6.170.166	-	6.170.166
Operações de Crédito e Outros Créditos	24.034.774	-	22.644.124	247.273	22.891.397
Outros Ativos Financeiros	256.314	-	-	256.314	256.314
Total em 31/03/2026	32.943.677	2.332.852	28.885.490	581.958	31.800.300
Total em 31/12/2025	31.505.535	2.609.569	29.931.699	1.351.766	33.893.033

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao custo amortizado	32.370.712	533.479	1.926.738	29.910.495	32.370.712
Depósitos	20.858.672	533.479	207.197	20.117.996	20.858.672
Captações no Mercado Aberto	18.326	-	-	18.326	18.326
Relações Interfinanceiras	84.075	-	84.075	-	84.075
Obrigações por Operações de Cessão	1.635.466	-	1.635.466	-	1.635.466
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.699.924	-	-	8.699.924	8.699.924
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.064.295	-	-	1.064.295	1.064.295
Outros Passivos Financeiros	9.954	-	-	9.954	9.954
Total em 31/03/2026	32.370.712	533.479	1.926.738	29.910.495	32.370.712
Total em 31/12/2025	30.601.989	504.319	1.544.594	28.553.076	30.601.989

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,84% ao ano.
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 10,48% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 6,99% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros	Operações de Crédito (ponta ativa)	(4.456)	115.390	239.006
	Prefixada ⁽¹⁾	Derivativo (ponta passiva futuro)	4.460	(115.486)	(239.209)
		Efeito Líquido	4	(96)	(203)
		Debêntures	(1.374)	(687)	(1.374)
		Nota Comercial	(19)	(950)	(1.901)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(39)	(1.924)	(3.848)
		CRI	(3.768)	(9.908)	(19.816)
		CRA	(7.521)	(4.290)	(8.580)
	Cota de Fundo	FIDC	116	(3.006)	(6.008)
FIAGRO		6	(308)	(613)	
Total com correlação			(12.595)	(21.169)	(42.343)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(6.927)	(11.643)	(23.289)

⁽¹⁾ A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e

o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas inclusas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

- a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.
- b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário

Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Cesar de Castro Bravo

CONSELHO FISCAL

Ângela Mourão Cançado Juste
Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcelo Rezende Amorim
Taise Christine da Cruz
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Carlos Augusto da Silva
Daniel Henrique Alves da Silva

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente Executivo

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão

Felipe Lopes Boff

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Anderson Adeilson de Oliveira

Carolina Marinho do Vale Duarte

Gregório Moreira Franco

Mariana Machado de Araujo de Souza Lima

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores

Lucas Lopes Kubiaki

Rodrigo de Araújo Simões

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7



BANCO
MERCANTIL